

Sumário

Capítulo I

O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	23
1. O DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1.1. Origem e Desenvolvimento do Direito Administrativo	23
1.2. Conceito e Objeto do Direito Administrativo	26
1.3. Fontes do Direito Administrativo	28
1.4. Interpretação do Direito Administrativo	30
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
2.1. Estado	31
2.2. Administração Pública	32
2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo).....	36
3. O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	37
3.1. Conceito	37
3.2. Conteúdo	40
3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos.....	40
3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado	42
3.2.3. Indisponibilidade do interesse público	44
3.2.4. Princípio da legalidade	45
3.2.5. Princípio da impessoalidade.....	45
3.2.5.1. Princípio da intranscendência subjetiva da sanção.....	46
3.2.6. Princípio da moralidade	48
3.2.7. Princípio da publicidade	51
3.2.8. Princípio da eficiência	54
3.2.9. Princípio da finalidade pública	56
3.2.10. Princípio da presunção de legitimidade.....	57
3.2.11. Princípio da autotutela	57
3.2.12. Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	60
3.2.13. Princípio do devido processo legal, da razoabilidade e proporcionalidade	61
3.2.14. Princípio da motivação	64
3.2.15. Princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa.....	65
3.2.16. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	65
3.2.17. Princípio da igualdade dos administrados face a Administração Pública....	66

3.2.18. Princípio da segurança jurídica.....	68
3.2.19. Princípio da responsabilidade do Estado.....	70
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação.....	71
3.2.21. Princípio da precedência da administração fazendária.....	72
3.2.22. Princípio do concurso público.....	72
4. QUADRO SINÓTICO.....	73
5. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	75
6. QUESTÕES.....	78

Capítulo II

DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	81
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	81
2. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	81
2.1. Dever de Agir.....	82
2.2. Dever de Juridicidade.....	83
2.3. Dever de Probidade.....	83
2.4. Dever de Eficiência.....	84
2.5. Dever de Prestação de Contas.....	84
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	84
3.1. Poder Vinculado.....	85
3.2. Poder Discricionário.....	86
3.3. Poder Hierárquico.....	89
3.4. Poder Disciplinar.....	90
3.5. Poder Regulamentar.....	94
3.6. Poder de Polícia.....	97
3.6.1. Conceito.....	97
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa.....	98
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa.....	100
3.6.8. Atributos do poder de polícia.....	100
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa.....	104
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa.....	104
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa.....	104

4. USO E ABUSO DO PODER.....	105
4.1. Excesso de Poder	105
4.2. Desvio de Poder	105
5. QUADRO SINÓTICO	106
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	108
7. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	110

Capítulo III

ATOS ADMINISTRATIVOS.....	113
1. DISTINÇÃO ENTRE FATOS JURÍDICOS E ATOS JURÍDICOS.....	113
2. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO E ATOS ADMINISTRATIVOS.....	114
3. CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO.....	115
4. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	118
4.1. Presunção de Juridicidade (Legitimidade) e de Veracidade	118
4.2. Imperatividade	118
4.3. Exigibilidade	119
4.4. Executoriedade (ou Autoexecutoriedade)	119
4.5. Tipicidade	120
5. PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO.....	120
6. ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	122
6.1. Sujeito Competente.....	123
6.2. Finalidade Pública.....	123
6.3. Forma Prescrita em Lei.....	124
6.4. Motivo.....	125
6.5. Objeto	126
6.6. Conteúdo	126
6.7. Causa.....	127
7. ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS DO ATO ADMINISTRATIVO SEGUNDO FORMULAÇÃO DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO.....	128
8. O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO	128
9. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130
9.1. Classificação Genérica.....	130
9.2. Classificação Específica ou Tipológica.....	133
10. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	137
10.1. Considerações Gerais	137
10.2. Revogação.....	139
10.2.1. Sujeito ativo	139
10.2.2. Objeto da revogação	139
10.2.3. Fundamentos da revogação	140

10.2.4. Limites da revogação.....	140
10.2.5. Motivos da revogação.....	140
10.2.6. Efeitos da revogação.....	140
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador.....	140
10.2.8. Revogação e indenização.....	140
10.3. Invalidação.....	140
10.3.1. Sujeito ativo.....	141
10.3.2. Objeto da invalidação.....	141
10.3.3. Fundamentos da invalidação.....	141
10.3.4. Motivos da invalidação.....	141
10.3.5. Efeitos da invalidação.....	141
10.4. Classificação da Invalidação.....	141
10.5. Prescrição e Decadência Administrativa.....	144
10.6. Coisa Julgada Administrativa.....	147
11. QUADRO SINÓTICO.....	148
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	154
13. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	156

Capítulo IV

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	159
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	159
2. FORMAS DE REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	161
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	163
3.1. Órgão Público. Conceito.....	164
3.2. Classificação dos Órgãos Públicos.....	167
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia.....	167
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público.....	169
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos.....	169
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos.....	169
4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	170
4.1. Autarquias.....	172
4.2. Fundações Públicas.....	175
4.3. Agências Reguladoras.....	177
4.4. Agências Executivas.....	185
4.5. Empresas Estatais.....	186
4.5.1. O regime jurídico das empresas estatais.....	190
4.6. Consórcio Público.....	199
4.6.1. Conceito e natureza.....	200

4.6.2. Objetivos	201
4.6.3. Do protocolo de intenções	203
4.6.4. Do contrato de rateio	204
4.6.5. Do contrato de programa	204
5. QUADRO SINÓTICO	206
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	209
7. QUESTÕES	212

Capítulo V

TERCEIRO SETOR: OS ENTES DE COOPERAÇÃO.....	217
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	217
2. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	218
3. ENTIDADES DE APOIO.....	220
4. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – “OS”.....	223
5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – “OSCIPI’S”.....	229
6. QUADRO SINÓTICO	233
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	234
8. QUESTÕES	237

Capítulo VI

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	241
1. CONCEITO.....	241
2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	243
2.1. Elemento Subjetivo.....	243
2.2. Elemento Formal.....	244
2.3. Elemento Material	245
3. PRINCÍPIOS QUE SE APLICAM AO SERVIÇO PÚBLICO	245
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Público.....	245
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico.....	246
3.3. Princípio da Igualdade	247
3.4. Princípio da Atualidade	247
3.5. Princípio da Modicidade das Tarifas.....	247
3.6. Princípio da Cortesia no Tratamento com o Público.....	248
3.7. Princípio da Generalidade	248
4. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	248
4.1. Serviços Públicos Próprios e Impróprios	248
4.2. Quanto ao Objeto	249
4.3. Serviços <i>Uti Singuli</i> e Serviços <i>Uti Universi</i>	249
4.4. Quanto à Maneira como Concorrem para Satisfazer ao Interesse Social	250

4.5. Serviços Públicos e Serviços de Utilidade Pública	250
5. FORMAS DE PRESTAÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	251
6. A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	251
7. DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	253
7.1. Concessão de Serviço Público.....	253
7.2. Permissão de Serviço Público.....	254
7.3. Autorização de Serviço Público	254
8. QUADRO SINÓTICO	255
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	258
10. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	260

Capítulo VII

SERVIDORES PÚBLICOS.....	263
1. AGENTES PÚBLICOS	263
2. ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS	264
2.1. Agentes Políticos.....	265
2.2. Agentes ou Servidores Administrativos do Estado	268
2.2.1. Servidores públicos.....	269
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos).....	275
2.2.3. Servidores temporários	277
2.2.4. Militares	282
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	283
3. CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	284
3.1. Considerações Conceituais e Distintivas.....	284
3.2. Acesso aos Cargos, Empregos e Funções Públicas	287
3.3. Concurso Público	290
3.3.1. Concurso público e pessoa com deficiência.....	304
3.3.2. Concurso público e reserva de vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas.....	307
4. PROVIMENTO	310
4.1. Provimento Originário ou Autônomo	310
4.2. Provimento Derivado	311
4.2.1. Provimento derivado vertical	311
4.2.2. Provimento derivado horizontal	312
4.2.3. Provimento derivado por reingresso	315
5. VACÂNCIA.....	318
6. EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE.....	318
7. REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO.....	323
7.1. Fixação e Alteração da Remuneração e do Subsídio	325

7.2. Revisão da Remuneração e do Subsídio.....	326
7.3. Limites à Remuneração e ao Subsídio.....	328
7.4. Proibição de Acumulação Remunerada de Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	337
7.5. Proibição de Vinculação e Equiparação de Remuneração e Subsídio	343
8. DIREITOS DOS TRABALHADORES EXTENSIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SINDICAL E O DIREITO DE GREVE.....	344
9. A EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 E O AJUSTE FISCAL DE VEDAÇÕES.....	347
10. PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	350
10.1. Regimes Previdenciários	351
10.2. Aposentadoria e Pensão	353
10.2.1. A Previdência do Servidor após a EC 20/1998.....	354
10.2.2. A Previdência do Servidor após a EC 41/2003.....	359
10.2.3. A Previdência do Servidor após a EC 47/2005.....	369
10.2.4. A Previdência do Servidor após a EC 70/2012.....	370
10.2.5. A Previdência do Servidor após a EC 88/2015.....	372
10.2.6. A Previdência do Servidor após a EC 103/2019	373
10.2.6.1. Regra temporária de aposentadoria do servidor público federal.....	376
10.2.6.2. Regras de transição de aposentadoria do servidor público federal.....	377
10.2.6.3. Demais regras permanentes do RPPS do servidor público federal.....	379
10.2.7. Pensão por morte do servidor público federal	388
11. QUADRO SINÓTICO	391
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	399
13. QUESTÕES DE PROVAS DE CONCURSOS	417

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	423
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	423
1.1. Distinção entre a Responsabilidade Administrativa e a Responsabilidade Civil do Estado	424
1.2. Distinção entre a Responsabilidade Civil do Estado e a Responsabilidade Civil Submetida ao Direito Privado	424
1.3. Distinção entre Responsabilidade Civil do Estado e Sacrifício de Direito.....	424
1.4. Evolução da Responsabilidade do Estado	425
1.4.1. Fase da irresponsabilidade do Estado (teoria regaliana).....	425
1.4.2. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Privado (teorias civilistas).....	425

1.4.3. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Público (teorias publicistas)	426
2. TEORIA DA CULPA ADMINISTRATIVA OU CULPA DO SERVIÇO	427
3. TEORIA DO RISCO	427
4. RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO	429
4.1. Responsabilidade por Ação ou Ato Comissivo do Estado	434
4.1.1. Por comportamentos lícitos	434
4.1.2. Por comportamentos ilícitos	434
4.2. Responsabilidade por Omissão do Estado	435
4.2.1. Fato da natureza	438
4.2.2. Comportamento material de terceiros	438
4.3. Responsabilidade em Razão de Atuação Positiva do Estado Propiciatória de Risco de Dano	439
5. O DANO INDENIZÁVEL	440
6. CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	441
7. O DIREITO DE REGRESSO	442
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	446
9. QUADRO SINÓTICO	448
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA	450
11. QUESTÕES	457

Capítulo IX

BENS PÚBLICOS	463
1. CONCEITO	463
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	464
3. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	466
3.1. Inalienabilidade	467
3.2. Impenhorabilidade	468
3.3. Imprescritibilidade	473
3.4. Impossibilidade de Oneração	474
4. USO DOS BENS PÚBLICOS POR PARTICULAR	474
4.1. Uso Comum	475
4.1.1. Ordinário	475
4.1.2. Extraordinário	475
4.2. Uso Privativo ou Especial	476
4.2.1. Uso de "bens públicos afetados" por particular	476
4.2.1.1. Autorização de uso	477
4.2.1.2. Permissão de uso	477
4.2.1.3. Concessão de uso	477

4.2.2.	Uso de “bens públicos não afetados” por particular	478
4.2.2.1.	Locação	478
4.2.2.2.	Arrendamento	479
4.2.2.3.	Enfiteuse ou aforamento	479
4.2.2.4.	Cessão de uso	480
4.2.2.5.	Concessão de direito real de uso	481
5.	BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE.....	482
5.1.	Terrenos de Marinha e seus Acrescidos.....	482
5.2.	Terrenos Reservados e seus Acrescidos.....	483
5.3.	Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos Povos Indígenas	484
5.4.	Faixa de Fronteira.....	485
5.5.	Terras Devolutas.....	485
5.6.	Ilhas.....	486
5.7.	Recursos Minerais e Jazidas	487
6.	QUADRO SINÓTICO	488
7.	JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	491
8.	QUESTÕES	494

Capítulo X

INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE	499
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	499
2. MODALIDADES.....	499
3. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	500
4. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU PÚBLICA.....	501
5. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.....	502
6. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	504
7. TOMBAMENTO.....	505
7.1. Objeto do Tombamento.....	506
7.2. Modalidades	506
7.2.1. Quanto à constituição	506
7.2.2. Quanto à eficácia.....	508
7.2.3. Quanto aos destinatários	508
7.3. Efeitos.....	508
7.4. Natureza Jurídica	510
8. DESAPROPRIAÇÃO.....	510
8.1. Conceito.....	510
8.2. Procedimento.....	512
8.2.1. Fase declaratória	512
8.2.2. Fase executória	515

8.3. Modalidades de Desapropriação	518
8.3.1. Desapropriação para fins de reforma agrária	518
8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	522
8.4. Sujeitos Ativo e Passivo da Desapropriação.....	524
8.5. Pressupostos.....	526
8.6. Objeto	528
8.7. A indenização.....	528
8.8. Desapropriação Indireta ou Aposseamento Administrativo.....	533
8.9. Direitos do Desapropriado	534
8.10. Desapropriação por Zona	535
9. QUADRO SINÓTICO	537
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	539
11. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	547

Capítulo XI

LICITAÇÃO	551
1. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	552
2. ESTRUTURA DA LEI 14.133/2021	553
3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021	558
4. CONCEITO, FINS E OBJETO DA LICITAÇÃO	560
5. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO.....	561
6. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	562
6.1. Princípio da Legalidade	562
6.2. Princípio da Impessoalidade.....	563
6.3. Princípios da Moralidade e Probidade Administrativa.....	563
6.4. Princípio da Publicidade.....	564
6.5. Princípios da Eficiência e Eficácia.....	564
6.6. Princípio da Igualdade	565
6.7. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.....	566
6.8. Princípio do Julgamento Objetivo.....	566
6.9. Princípio da Segregação de Funções.....	567
6.10. Princípio da Motivação	567
6.11. Princípio da Segurança Jurídica	568
7. OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO.....	568
8. DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	570
8.1. Conceito e Objetivos	570
8.2. Fases do Processo Licitatório	571
8.3. Das Pessoas Proibidas de Disputar Licitação ou Participar da Execução de Contrato	572

9. DA FASE PREPARATÓRIA	574
9.1. Da Audiência Pública dos Interessados	577
9.2. Da Matriz de Riscos	578
9.3. Do Valor Previamente Estimado da Contratação	579
9.4. Do Caráter Sigiloso do Orçamento Estimado da Contratação	581
9.5. Do Edital da Licitação	581
9.6. Da Margem de Preferência no Processo de Licitação	582
10. DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO	584
11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	587
12. DISPOSIÇÕES SETORIAIS	590
12.1. Das Compras	590
12.2. Das Obras e Serviços de Engenharia	592
12.3. Dos Serviços em Geral	593
12.4. Da Locação de Imóveis	594
12.5. Das Licitações Internacionais	594
13. DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	594
14. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	595
15. DO JULGAMENTO	597
16. DA HABILITAÇÃO	600
16.1. Da Habilitação Jurídica	601
16.2. Da Habilitação Técnica	601
16.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	602
16.4. Da Habilitação Econômico-financeira	603
17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	604
18. DA CONTRATAÇÃO DIRETA	604
18.1. Da Inexigibilidade de Licitação	606
18.2. Da Dispensa de Licitação	607
18.2.1. Da licitação dispensável	607
18.2.2. Da licitação dispensada e da alienação de bens da Administração Pública	613
19. DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES	617
19.1. Do Credenciamento	618
19.2. Da Pré-qualificação	619
19.3. Do Procedimento de Manifestação de Interesse	620
19.4. Do Sistema de Registro de Preços	620
19.5. Do Registro Cadastral	623
20. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS	624
21. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	626
22. QUADRO SINÓTICO	627

23. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	643
24. QUESTÕES	646

Capítulo XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO	653
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	653
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	654
2.1. A Presença da Administração Pública com Prerrogativas Públicas	654
2.2. A Finalidade Pública.....	654
2.3. A Obediência à Forma Prescrita em Lei	654
2.4. O Procedimento Legal	658
2.5. A Natureza de Contrato de Adesão	658
2.6. A Natureza <i>Intuitu Personae</i>	658
2.7. A Presença de Cláusulas Exorbitantes (Cláusulas de Privilégio)	659
2.7.1. Exigência de garantia nos contratos administrativos.....	660
2.7.2. Alteração unilateral dos contratos administrativos.....	661
2.7.3. Extinção unilateral dos contratos administrativos.....	662
2.7.4. Fiscalização da execução do contrato	662
2.7.5. Aplicação de penalidade ao contratado responsável pelas infrações administrativas.....	663
2.7.6. Anulação	663
2.7.7. Retomada do objeto.....	663
2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido ("exceptio non adimpleti contractus").....	664
2.8. A Mutabilidade	664
2.8.1. Fato do príncipe.....	665
2.8.2. Fato da administração	666
2.8.3. Teoria da imprevisão.....	667
3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	667
4. DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	668
5. DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	671
6. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DOS PREÇOS	674
7. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	677
8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	680
9. DOS PAGAMENTOS.....	681
10. DA NULIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	682
11. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	684
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	684
13. DOS RECURSOS.....	689

14. DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	690
15. DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP	691
16. MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	692
16.1. Concessão de Serviço Público.....	693
16.1.1. Conceito.....	693
16.1.2. Da tarifa	694
16.1.3. Da licitação.....	694
16.1.4. Cláusulas essenciais	695
16.1.5. Encargos do poder concedente	696
16.1.6. Encargos da concessionária	696
16.1.7. Intervenção na concessão	697
16.1.8. Extinção da concessão.....	697
16.2. Concessão de Serviço Público Precedida de Execução de Obra Pública ou Concessão de Obra Pública.....	699
16.3. Permissão de Serviço Público.....	699
16.4. Contrato de Parceria Público-privada.....	700
16.4.1. Conceito e modalidades.....	700
16.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada..	701
16.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada	702
16.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada	705
16.4.5. Da sociedade de propósito específico	705
16.4.6. Da licitação.....	705
16.4.7. Disposições da Lei 11.079/04 aplicáveis à União.....	708
16.5. Concessão de Uso de Bem Público.....	708
17. CONVÊNIO	709
18. CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO	709
18.1. Consórcios Públicos	709
19. QUADRO SINÓTICO	712
20. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	722
21. QUESTÕES	725

Capítulo XIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	729
1. CONCEITO.....	729
2. MODALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	730
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	731
4. FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	735
4.1. Instauração.....	735
4.2. Instrução	735

4.3. Relatório.....	736
4.4. Decisão	737
4.5. Da Decisão Coordenada.....	737
4.6. Do Recurso Administrativo e da Revisão.....	739
5. CARÁTER SUBSIDIÁRIO DA LEI 9.784/99	740
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	741
6.1. Das Penalidades Disciplinares e da Instauração do Processo Administrativo Disciplinar.....	741
6.2. Do Inquérito Administrativo.....	749
6.3. Do Julgamento	751
6.4. Da Revisão do Processo.....	752
7. PROCESSO SUMÁRIO	753
8. QUADRO SINÓTICO	754
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	757
10. QUESTÕES	762

Capítulo XIV

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	765
1. PROBIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS. CONCEITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021.....	765
2. SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	771
3. SUJEITO ATIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	771
4. OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	775
4.1. Os Atos de Improbidade Administrativa que Importam em Enriquecimento Ilícito.....	779
4.2. Os Atos de Improbidade Administrativa que causam Lesão ao Erário	781
4.3. Os Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública	784
5. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ATO DE IMPROBIDADE.....	788
6. DA DECLARAÇÃO DE BENS	793
7. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL.....	794
7.1. Do Procedimento Administrativo	794
7.2. Do Processo Judicial e a Ação Judicial por Ato de Improbidade.....	796
7.2.1. Do pedido de indisponibilidade de bens.....	801
7.2.2. Do acordo de não persecução civil	803
7.2.3. Da sentença.....	805
7.3. Competência.....	807
8. DA PRESCRIÇÃO.....	807
9. A LEI ANTICORRUPÇÃO.....	811

10. QUADRO SINÓTICO	817
11. QUADRO COMPARATIVO – LEI Nº 8.429/1992 ANTES E DEPOIS DA LEI Nº 14.230/ 2021	824
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	852
13. QUESTÕES	856

Capítulo XV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	863
1. CONCEITO.....	863
2. ESPÉCIES	863
2.1. Quanto ao Órgão	864
2.2. Quanto ao Momento.....	864
2.3. Quanto ao Aspecto Controlado.....	864
2.4. Quanto à Extensão ou Amplitude	865
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO	865
3.1. Conceito	865
3.2. Recursos Administrativos.....	865
4. CONTROLE LEGISLATIVO.....	866
5. CONTROLE JUDICIAL	868
5.1. Conceito e Extensão	868
5.2. Meios de Controle: as Ações Constitucionais	868
6. QUADRO SINÓTICO	871
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	873
8. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	878
BIBLIOGRAFIA	883